

Metas econômicas

JORNAL DE BRASÍLIA

15 DEZ 1991

Depois de tantos planos mirabolantes, que fracassaram estrondosamente, as autoridades econômicas brasileiras parecem ter chegado à conclusão de que a solução para os graves problemas atuais não virá de nenhum milagre, mas, sim, de uma administração austera. Como ensina a milenar sabedoria das donas-de-casa, só ultrapassa o final do mês quem gasta menos do que ganha.

Esta carta firmada agora com o FMI é a mais sensata de todas quantas foram escritas no passado. Apresentavam-se metas milagreiras e o fracasso era inevitável. Agora, os objetivos são modestos, o que os torna alcançáveis. Assim, ficou afastada a necessidade de qualquer pirotecnia ou contorcionismo contábil para atingi-los.

Pela nossa experiência recente, o item que se mostra o mais difícil de ser atingido é o que se refere às taxas de inflação. A renitente inflação se mantém em patamares elevados estes anos todos, especialmente em função do "jeitinho" brasileiro — chamado correção monetária — em mascarar-la.

Numa economia engessada, subiam todos os produtos, serviços e salários. Os que podiam sempre embutiam um pouco a mais a fim de levar vantagem. Com a desvinculação dos aumentos salariais e a liberação dos preços, começou a ser estabelecida a realidade econômica. As metas do Governo para a inflação, ao longo do próximo ano, não são nada modestas. Espera-se que ela caia a partir de janeiro, mensalmente, em torno de três pontos percentuais, a fim de chegar a doze por cento no meio do ano e a dois por cento em dezembro. Para que isso ocorra, o Governo deve manter a política de ju-

ros altos.

No que toca à circulação, ficou decidido que, para o primeiro trimestre de 1992, a expansão de papel-moeda em poder do público não pode ultrapassar a 50 por cento em termos nominais, sem descontar a inflação do período. Na verdade, este Governo tem demonstrado que gira com menos intensidade a sua máquina de fazer dinheiro. Para mantê-la num funcionamento comedido, precisa continuar austero.

As reservas cambiais deverão ter, no ano que vem, um crescimento líquido de dois milhões de dólares. Frequentemente, parlamentares de oposição têm denunciado que as reservas brasileiras estão abaixo do seu índice mínimo. Mas um conjunto de ações — aumento do superávit de exportação e entrada de novos empréstimos, por exemplo — pode facilitar o alcance desta meta.

No que se refere ao comércio exterior, o País deve apresentar um crescimento real, em dólares, de cinco por cento nas exportações e de 3,7% nas importações. A previsão de que a safra de 1992 será bem superior à deste ano sinaliza positivamente.

Já no que se refere ao setor público, ele terá de apresentar superávit primário de três por cento do Produto Interno Bruto, cerca de US\$ 12 bilhões. E seu déficit operacional não poderá ultrapassar 2,7 por cento do PIB. Com relação ao câmbio, espera-se que a taxa não tenha variações expressivas, como maxi ou mi-di desvalorizações.

Como se vê, as metas podem ser atingidas. Para isso, basta que o Governo se mantenha comedido nos gastos e avaro ao fazer despesas.